N/E/X/T AUDITORES

# Demonstrações Financeiras

**ACTIVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL NÃO PADRONIZADOS LP**

CNPJ: 13.425.492/0001-09

Administrado pela QI Corretora
de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40

**DATA BASE**
**31/07/2026 - EXERCÍCIO**

# Conteúdo


| | |
|---|---|
| Relatório dos auditores independentes | 3 |
| Demonstração da posição financeira | 10 |
| Demonstração do resultado do exercício | 11 |
| Demonstração das mutações no patrimônio líquido | 12 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 13 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 14 |

# Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos cotistas e à administradora do

**ACTIVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL NÃO PADRONIZADOS LP**

Administrado pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo, SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Activa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Não Padronizados LP ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de julho de 2026 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo na mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Activa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Não Padronizados LP em 31 de julho de 2026 e o desempenho de suas operações para o exercício findo na mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios.

# Base Para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

# Principais Assuntos De Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A determinação dos Principais Assuntos de Auditoria compreendeu a análise das áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante e riscos significativos, julgamentos significativos de nossa parte sobre áreas que envolveram estimativas por parte da administração e os efeitos sobre a auditoria de fatos e transações significativos ocorridos durante o período. Como resultado de nossos trabalhos, determinamos como principais assuntos a serem tratados no presente trabalho:

**DIREITOS CREDITÓRIOS**

Consideramos a avaliação dos direitos creditórios como um assunto relevante em nossa auditoria devido ao fato de que o Fundo possui um saldo de R$ 21.320 mil, que

representa 91,68% do patrimônio líquido composto por esses ativos. Consequentemente, o resultado apresentado é proveniente dos rendimentos desses direitos creditórios, os quais impactam de forma significativa o patrimônio líquido do Fundo. Dessa forma, em função da representatividade do saldo dos direitos creditórios a receber bem como da complexidade e da abrangência do ambiente geral de controles internos, julgamos os direitos creditórios como uma área de foco em nossas abordagens de auditoria.

**COMO CONDUZIMOS O PAA EM NOSSA AUDITORIA**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspectos julgados necessários conforme as circunstâncias: (i) a avaliação dos controles relacionados a aquisição, baixa, liquidação, recompra e rendimentos dos direitos creditórios; (ii) cumprimento dos critérios de elegibilidade dos direitos creditórios adquiridos, em sua maioria, conforme definidos no regulamento do Fundo; (iii) testes de conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte no sentido de avaliar a integridade dos registros efetuados; (iv) verificação do recebimento financeiro em período subsequente de uma amostra de direitos creditórios a receber; (v) leitura e avaliação das constatações existentes nos relatórios de lastro dos direitos creditórios; (vi) verificação da existência, em base de amostras, dos direitos creditórios (lastro) e (vii) análise da adequação das divulgações das informações nas notas explicativas.

Nossos procedimentos foram elaborados com o objetivo de mitigar os principais riscos, relacionados aos direitos creditórios a receber, que o fundo está exposto.

**RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA EXECUTADOS**

Consideramos que os principais critérios e premissas adotados pela administração quanto à existência e valorização dos direitos creditórios são consistentes e alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

## PROVISÃO PARA PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR DE RECUPERAÇÃO

Consideramos a provisão para perdas por redução no valor de recuperação como um assunto relevante devido ao fato de o processo de reconhecimento e mensuração das provisões para redução no valor de recuperação dos direitos creditórios envolver premissas baseadas em julgamentos por parte da administração. A aplicação de diferentes técnicas para fins de determinação das estimativas poderia resultar em um valor significativamente diferente das provisões. Dessa forma, os tratamentos contábeis dados a este ativo foram considerados tema de maior foco em nossa auditoria.

### COMO CONDUZIMOS O PAA EM NOSSA AUDITORIA

Analisamos os controles que suportam os saldos contábeis, bem como a movimentação ocorrida no período, além de verificar a evolução dos saldos em comparação a outros indicadores diretamente ligados à evolução dos saldos das provisões, tal qual as receitas e despesas com perdas relacionadas aos direitos creditórios.

Verificamos as políticas, premissas e procedimentos adotados pela administração para mitigar os riscos operacionais e riscos de crédito associados ao processo de constituição das provisões bem como a sua efetividade através de procedimentos de checagem de operações realizadas. Aplicamos procedimentos substantivos objetivando evidenciar a documentação que suporta os registros contábeis decorrentes dos fatos ocorridos.

### RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA EXECUTADOS

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas por redução no valor de recuperação, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração do Fundo, assim como as respectivas divulgações são apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

## Responsabilidades Da Administradora Do Fundo Pelas Demonstrações Financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança do Fundo é a sua Administradora, com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades Do Auditor Pela Auditoria Das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau - SC, 28 de outubro de 2026.

**NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**

CRC-SC 8.765/O-4
Ricardo Artur Spezia – Sócio
Contador SC-028595/O-2

# Activa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Não Padronizados LP

CNPJ: 13.425.492/0001-09

(Administrado pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40)

## Demonstração da Posição Financeira em 31 de julho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | 31/07/2026 | % sobre patrimônio líquido | 31/07/2025 | % sobre patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | |
| **Disponibilidades** | **3** | **727** | **3,12** | **613** | **2,64** |
| Banco conta movimento | | 8 | 0,03 | 9 | 0,04 |
| Banco Itaú S/A | | 719 | 3,09 | 604 | 2,60 |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | | **1.877** | **8,08** | **3.525** | **15,20** |
| **Títulos Públicos Federais** | **4** | **88** | **0,38** | **88** | **0,38** |
| Nota do Tesouro Nacional - NTN | | 88 | 0,38 | 88 | 0,38 |
| **Títulos de Renda Fixa Privados** | **4** | **90** | **0,39** | **244** | **1,05** |
| Nota Comercial - NC | | 65 | 0,28 | 242 | 1,04 |
| Nota Comercial - NC - vencidos | | 23 | 0,10 | - | - |
| Debêntures | | 2 | 0,01 | 2 | 0,01 |
| **Cotas de Fundos de Investimentos** | | **1.699** | **7,31** | **3.193** | **13,77** |
| **Fundos de Investimento Financeiro** | **4** | **1.699** | **7,31** | **3.193** | **13,77** |
| Cotas de Fundos de Investimento em Renda Fixa | | 1.699 | 7,31 | 3.193 | 13,77 |
| **Direitos Creditórios** | **5** | **21.320** | **91,68** | **19.500** | **84,09** |
| **Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios** | **5.2** | **19.974** | **85,89** | **17.604** | **75,91** |
| Direitos Creditórios a vencer | | 19.899 | 85,57 | 15.880 | 68,48 |
| Direitos Creditórios vencidos | | 2.345 | 10,08 | 2.702 | 11,65 |
| *(-) Provisão para perda por redução ao valor de recuperação* | | (2.270) | (9,76) | (978) | (4,22) |
| **Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios** | **5.3** | **1.346** | **5,79** | **1.896** | **8,18** |
| Direitos Creditórios a vencer | | 1.406 | 6,05 | 1.785 | 7,70 |
| Direitos Creditórios vencidos | | 1.453 | 6,25 | 134 | 0,58 |
| *(-) Provisão para perda por redução ao valor de recuperação* | | (1.513) | (6,51) | (322) | (1,39) |
| Precatórios a Receber | | - | - | 299 | 1,29 |
| Direitos Creditórios Outros Títulos - vencidos | | 61 | 0,26 | 61 | 0,26 |
| *(-) Provisão para perda por redução ao valor de recuperação - Direito Creditório* | | (61) | (0,26) | (61) | (0,26) |
| **Outros Valores a Receber** | | **139** | **0,59** | **235** | **1,01** |
| Outros valores a receber | | 128 | 0,55 | 225 | 0,97 |
| Bloqueio Judicial | | 1 | - | 1 | - |
| Despesas Antecipadas | | 10 | 0,04 | 9 | 0,04 |
| **Total do ativo** | | **24.063** | **103,47** | **23.873** | **102,94** |
| **Passivo** | | | | | |
| Taxa de Administração e Gestão | | 10 | 0,04 | 18 | 0,08 |
| Taxa de Custódia e Auditoria | | 41 | 0,18 | 24 | 0,10 |
| Consultoria | | 30 | 0,13 | 30 | 0,13 |
| IRRF a recolher | | 2 | 0,01 | 1 | - |
| Outros valores a pagar | | 724 | 3,11 | 610 | 2,63 |
| **Total do passivo** | | **807** | **3,47** | **683** | **2,94** |
| **Patrimônio líquido** | | **23.256** | **100,00** | **23.190** | **100,00** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **24.063** | **103,47** | **23.873** | **102,94** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Activa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Não Padronizados LP

CNPJ: 13.425.492/0001-09

(Administrado pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40)

## Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de julho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 31/07/2026 | 31/07/2025 |
|---|---|---|
| **Composição do resultado do exercício** | | |
| **Direitos Creditórios** | **8.492** | **9.703** |
| Resultados de direitos creditórios | 10.309 | 8.944 |
| Resultados de direitos creditórios - precatórios | (38) | - |
| Resultados de direitos creditórios - juros e reembolsos | 704 | 895 |
| Provisão/Reversão por redução no valor de recuperação | (2.483) | (136) |
| **Aplicações Interfinanceiras de liquidez** | **1** | **-** |
| Rendas de aplicações | 1 | - |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | **478** | **280** |
| **Títulos Públicos Federais** | **6** | **-** |
| Resultados com títulos de renda fixa | 12 | 12 |
| Ajuste pelo Valor Justo | (6) | (12) |
| **Títulos Privados de Renda Fixa** | **104** | **60** |
| Resultados com títulos de renda fixa | 103 | 56 |
| Resultado nas negociações | 1 | 4 |
| **Cotas de fundos de investimento** | **368** | **220** |
| Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento | 368 | 220 |
| **Demais receitas** | **-** | **17** |
| Outras receitas diversas | - | 17 |
| **Demais despesas** | **(1.313)** | **(1.079)** |
| Taxa de Custódia e Auditoria | (234) | (216) |
| Taxa de administração e gestão | (104) | (104) |
| Despesas do Serviço Financeiro | (26) | (22) |
| Taxa de fiscalização - CVM | (13) | (8) |
| Despesas de consultoria | (280) | (280) |
| Despesas de Cobrança | (585) | (430) |
| Despesas Jurídicas | (38) | - |
| Despesas de serviços técnicos especializados | (23) | (10) |
| Despesas com imóveis | (7) | - |
| Outras despesas diversas | (3) | (9) |
| **Resultado do exercício** | **7.658** | **8.921** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Activa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Não Padronizados LP

CNPJ: 13.425.492/0001-09

(Administrado pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40)

## Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de julho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

| | 31/07/2026 | 31/07/2025 |
|---|---|---|
| **Patrimônio líquido no início do exercício** | **23.190** | **17.491** |
| Total de 79,488655 cotas Subordinada a R$ 287.349,797706 | 22.841 | - |
| Total de 347,117678 cotas Sênior II a R$ 1.004,556560 | 349 | - |
| Total de 79,488665 cotas Subordinadas a R$ 220.039,612951 | - | 17.491 |
| **Resultado do exercício** | **7.658** | **8.921** |
| **Cotas emitidas** | **400** | **349** |
| 392,686901 cotas Sênior II | 400 | - |
| 347,117678 cotas Sênior II | - | 349 |
| **Cotas resgatadas** | **(2)** | **-** |
| 1,499742 cotas Sênior II | (2) | - |
| **Cotas amortizadas** | **(7.990)** | **(3.571)** |
| cotas Subordinada | (7.896) | (3.555) |
| cotas Sênior II | (94) | (16) |
| **Decréscimo decorrente da movimentação de cotas** | **(7.592)** | **(3.222)** |
| **Patrimônio líquido no final do exercício** | **23.256** | **23.190** |
| Total de 79,488655 cotas Subordinada a R$ 283.235,625065 | 22.514 | - |
| Total de 738,304837 cotas Sênior II a R$ 1.004,341449 | 742 | - |
| Total de 79,488655 cotas Subordinada a R$ 287.349,797706 | - | 22.841 |
| Total de 347,117678 cotas Sênior II a R$ 1.004,556560 | - | 349 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Activa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Não Padronizados LP

CNPJ: 13.425.492/0001-09

(Administrado pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40)

## Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto dos Exercícios Findos em 31 de julho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** | **31/07/2026** | **31/07/2025** |
|---|---|---|
| **Resultado Líquido do exercício** | **7.658** | **8.921** |
| **Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o fluxo de caixa** | | |
| (-) Resultado dos Direitos Creditórios | (10.309) | (1.532) |
| (+) Resultado dos Direitos Creditórios - precatórios | 38 | - |
| (+) Ajuste a valor justo de títulos públicos/privados federais | 6 | 12 |
| (-) Resultado de títulos públicos/privados federais | (115) | (68) |
| (-) Resultado nas negociações de títulos públicos/privados federais | (1) | (4) |
| (-) Resultado com cotas de fundos de investimentos | (368) | (220) |
| (+) Complemento de provisão para redução no valor de recuperação | 2.483 | 136 |
| (+) Taxa de administração e gestão não liquidada | 10 | 18 |
| (+) Taxa de custódia e auditoria não liquidada | 41 | 24 |
| (+) Despesas de Consultoria e cobrança não liquidada | 30 | 30 |
| (+) Outros valores a pagar não liquidados | 724 | 610 |
| **Resultado Ajustado** | **197** | **7.927** |
| Redução/(Aumento) em Títulos Públicos e Privados | 264 | (183) |
| Redução em Cotas de fundos de investimento | 1.862 | 510 |
| Redução/(Aumento) em Direitos creditórios | 5.968 | (4.248) |
| Redução/(Aumento) em Outros valores a receber | 96 | (121) |
| (Redução) em Valores a pagar | (681) | (498) |
| **Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais** | **7.706** | **3.387** |
| Cotas Emitidas | 400 | 349 |
| Cotas Resgatadas | (2) | - |
| Cotas Amortizadas | (7.990) | (3.571) |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento** | **(7.592)** | **(3.222)** |
| **Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa** | **114** | **165** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício | 613 | 448 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício | 727 | 613 |
| **Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa** | **114** | **165** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira.

## Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de julho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Activa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Não Padronizados LP ("Fundo") iniciou suas atividades em 07 de março de 2012 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

A Classe do Fundo terá como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos da Classe do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios.

A Classe é exclusivamente destinada a Investidores Profissionais.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito FGC.

### 2) APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela Resolução 175/22 e pelas orientações emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), complementadas pelas normas previstas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração do Fundo em 28 de outubro de 2026 que autorizou sua divulgação.

### 3) DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional

A moeda funcional do Fundo é o Real, a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais.

### b) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original três meses ou menos, a partir da data da contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São operações com compromisso de recompra com vencimento em data futura, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação.

### e) Instrumentos financeiros

### i. Classificação dos instrumentos financeiros

**Data de reconhecimento**

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

**Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros**

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

**Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração**

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio de resultado):** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação;

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** essa categoria inclui ativos financeiros adquiridos com o propósito de serem mantidos até o vencimento, para os quais o fundo tem a intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

**Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação**

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da posição financeira:

- **Disponibilidades:** saldos de caixa e depósitos à vista.
- **Aplicações financeiras representadas por títulos e valores mobiliários:** títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Aplicações financeiras representadas por instrumentos de patrimônio:** instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como cotas de fundos de investimento, com natureza de instrumento de patrimônio para o emissor.

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo valor de aquisição e atualizados, pelos respectivos valores de cotas, divulgados pelo respectivo Administrador.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundo de investimento foram registradas em “Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento”.

**Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração**

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, resultantes de atividades de captação de recursos realizados pelo fundo.

**i. Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo**

**Mensuração dos ativos financeiros**

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência em condições regulares de mercado.

Caso não exista valor de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características especificas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

Os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução do valor recuperável, onde as receitas deste grupo são reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio de utilização de taxa efetiva de juros.

**Mensuração dos passivos financeiros**

Em geral os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação a totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente.

**f) Direitos creditórios**

**Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:**

i. **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios:** quando o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente;

ii. **Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios:** quando o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A metodologia utilizada para classificação dos direitos creditórios leva em consideração o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação. Quando a exposição à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação for relevante, presume-se que o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório.

O Fundo não está substancialmente exposto à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação, inclusive com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo em montante igual ou superior às perdas esperadas associadas ao direito creditório.

### g) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação

A administradora do Fundo utiliza uma metodologia estatística, a fim de atender à Instrução vigente. Os critérios adotados na constituição de provisões para perdas se aplicam de forma distinta para cada modalidade de FIDC. Dessa forma, cada FIDC será classificado em uma modalidade e depois sua carteira será avaliada com relação ao tratamento a ser dado aos direitos creditórios, se com base individual ou coletiva.

A Administração realiza o provisionamento de acordo com a faixa de atraso dos direitos creditórios e percentual definido pelo histórico de inadimplência dos FIDC'S.

**Em 31 de julho de 2026**

| Provisionamento | FAIXA A | FAIXA B | FAIXA C | FAIXA D | FAIXA E | FAIXA F | Write-Off (WOP) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Dias em atraso** | Até 5 | 6 a 30 | 31 a 60 | 61 a 90 | 91 a 120 | 121 A 365 | **>365** |
| % PDD | 0,00% | 1,27% | 13,62% | 37,46% | 70,51% | 100,00% | Prejuízo |

**Em 31 de julho de 2025**

| Provisionamento | FAIXA A | FAIXA B | FAIXA C | FAIXA D | FAIXA E | FAIXA F | Write-Off (WOP) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Dias em atraso** | Até 5 | 6 a 30 | 31 a 60 | 61 a 90 | 91 a 120 | > 120 | **>365** |
| % PDD | 0,00% | 1,05% | 14,13% | 33,16% | 73,52% | 100,00% | Prejuízo |

A revisão no apreçamento dos direitos creditórios será feita pelo administrador, mediante fatos apresentados pelo gestor do fundo em questão ou diante de informações

relevantes que alterem de forma concreta a expectativa de recebimento do direito creditório.

Cabe destacar que a precificação e o provisionamento de operações de crédito estão sujeitas a desvios e eventos atípicos que fogem do padrão de previsibilidade dos modelos estatísticos. Nesse contexto, para mitigar os riscos de perdas significativamente acima dos percentuais provisionados, a administradora mantém um controle contínuo da efetividade de seus modelos de provisionamento.

A provisão para perdas por redução no valor de recuperação atinge os demais direitos de crédito do mesmo devedor inadimplente, ou seja, é estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

**h) Passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes eram efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

1. O passivo contingente será reconhecido quando houver uma obrigação presente decorrente de eventos passados, seja provável a sua saída de recursos ou, no mínimo, uma estimativa confiável para sua mensuração.
2. O passivo contingente será mensurado pelo valor presente da melhor estimativa do montante necessário para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando os riscos e incertezas relevantes.
3. Caso a saída de recursos for remota, ou não for possível uma estimativa confiável, o passivo contingente não será reconhecido, mas será divulgada a natureza da contingência, juntamente com uma descrição de sua incerteza e possíveis impactos financeiros..

**i) WRITE OFF**

A Fundo classifica como perda e adota a baixa para prejuízo (write off) dos direitos creditórios, caso:

a) Seja constatada falha na originação, de qualquer natureza, inclusive fraude, que impeça o recebimento;
b) Haja evidência de impossibilidade ou perspectiva remota de recebimento;

c) Haja evidência do esgotamento nas possibilidades de recuperação de forma satisfatória e estejam integralmente provisionados; ou
d) Estejam vencidos e inadimplidos há mais de 365 dias.

As perdas não provisionadas sob a conta de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa são contabilizadas no resultado líquido do fundo como contrapartida à baixa do direito creditório do ativo.

Na hipótese de haver, a qualquer tempo, êxito no recebimento nas ações de cobrança de direitos creditórios baixados para prejuízo, os valores efetivamente recebidos serão contabilizados positivamente como recuperação de crédito em prejuízo, sensibilizando, diretamente, o patrimônio líquido do fundo.

No exercício findo em 31 de julho de 2026 o Fundo possui o montante de R$ 3.787 (R$ 3.210 em 2025) baixado para prejuízo (write off).

## 4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O montante, a natureza, as faixas de vencimento, os valores de custo atualizados pelos rendimentos auferidos e os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, eram os seguintes:

| | 31/07/2026 | | 31/07/2025 | |
|---|---|---|---|---|
| **Títulos Públicos** | **Valor de curva** | **Valor de mercado** | **Valor de curva** | **Valor de mercado** |
| Nota do Tesouro Nacional - NTN-B | 144 | 88 | 139 | 88 |
| **Total** | **144** | **88** | **139** | **88** |

As metodologias adotadas para definição do valor de mercado visam à atualização dos ativos, integrantes da carteira do Fundo por uma estimativa mais próxima possível dos valores efetivamente praticados no mercado financeiro.

Os valores de emissão dos títulos Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTNs-B) foram atualizados pela variação do IPC-A (da data de emissão até 31 de julho de 2026) e acrescidos dos juros calculados pela taxa dos papéis. Os valores apurados foram descontados pela taxa de ágio/deságio, para as respectivas datas de vencimento dos papéis, apurados no mercado secundário e divulgadas pela ANBIMA.

| | 31/07/2026 | | 31/07/2025 | |
|---|---|---|---|---|
| **Títulos Privados** | **Valor de curva** | **Valor de mercado** | **Valor de curva** | **Valor de mercado** |
| Nota Comercial | 65 | 65 | 242 | 242 |
| Nota Comercial - Vencidos | 23 | 23 | - | - |
| Debêntures | 2 | 2 | 1 | 2 |
| **Total** | **90** | **90** | **243** | **244** |

As Notas de Crédito (NCs) foram atualizadas pela variação de seus respectivos indexadores e condições de emissão. Os valores a mercado foram obtidos descontando o valor futuro, projetado conforme características de emissão. A taxa de juros de mercado foi obtida através de verificação dos negócios no mercado secundário e alterações do risco de crédito.

As Debêntures foram atualizadas pela variação dos respectivos indexadores acrescidos dos juros calculados pela taxa dos papéis. Os valores de mercado foram apurados a partir do desconto dos fluxos de caixa pelas taxas indicativas divulgados pela ANBIMA, representando as condições de mercado, características da emissão, prazo de vencimento e risco de crédito. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA, os fluxos de caixa das debêntures são descontados por informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas, negócios no mercado secundário ou por equivalência setorial e alterações do risco de crédito.

**Cotas de fundos de investimentos:**

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo valor da aquisição e atualizados, diariamente pelos respectivos valores das cotas, divulgados pelos respectivos administradores.

| | 31/07/2026 | | |
|---|---|---|---|
| **Nome do Fundo** | **Valor unitário (R$)** | **Quantidade de cotas** | **Valor de mercado (R$)** |
| Santander FIC FI Soberano RF Curto Prazo | 51,453438 | 33.022,359898 | 1.699 |
| **Total** | | | **1.699** |

| | 31/07/2025 | | |
|---|---|---|---|
| **Nome do Fundo** | **Valor unitário (R$)** | **Quantidade de cotas** | **Valor de mercado (R$)** |
| Santander FIC FI Soberano RF Curto Prazo | 44,888672 | 71.125,277324 | 3.193 |
| **Total** | | | **3.193** |

No exercício findo em 31 de julho de 2026, as operações com cotas de fundos de investimento geraram um resultado positivo/negativo de R$368 (R$220 em 2025) e estão registradas em “Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento”.

## 5) DIREITOS CREDITÓRIOS

### 5.1) Características dos direitos creditórios

A Classe terá como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização das Cotas de suas respectivas titularidades por meio da aplicação dos recursos da Classe, preponderantemente na aquisição de direitos creditórios nos segmentos industrial, comercial, financeira, agrícola, hipotecária e imobiliária, bem como de operações de arrendamento mercantil ou do segmento de prestação de serviços, representados por duplicatas, cheques, notas promissórias com base em instrumento contratual, contratos em geral, cédulas de crédito bancário (CCBs), cédulas de crédito imobiliário (CCIs), certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), certificados de recebíveis do agronegócio, recebíveis de cartão de crédito, cédulas de produto rural financeiras, parcelas de contratos de aluguel oriundos de ações judiciais contra a União, Estados, Municípios e autarquias que em razão de sentença transitada em julgado, consequentemente foi convertido em requisição de pagamento de determinada quantia a Fazenda Pública Federal (“Precatórios”) ou por quaisquer outros títulos de crédito e instrumentos contratuais.

Adicionalmente, caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo (a) Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão; e (b) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados aos referidos Direitos Creditórios.

Caso o Fundo adquira contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como em títulos ou certificados representativos desses contratos, eles deverão contar com uma das garantias seguintes: i) seguro de performance, ii) garantia de instituição financeira ou iii) subordinação extra, além da Razão de Garantia prevista No Regulamento, em valor igual ou superior aos dos contratos adquiridos.

O Fundo poderá adquirir, ainda, Direitos Creditórios com as seguintes especificações:

a) Que estejam vencidos e pendentes de pagamento quando de sua cessão para o fundo;
b) Que resultem de ações judiciais em curso, constituam objeto de litígio, ou tenham sido judicialmente penhorados ou dados em garantia;

c) Cuja constituição ou validade jurídica da cessão para o FIDC seja considerada um fator preponderante de risco;
d) Originados de empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
e) De existência futura e montante desconhecido, desde que emergentes de relações já constituídas;
g) Decorrentes de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações.

No caso de Direitos Creditórios representados por duplicatas, as duplicatas deverão ser eletrônicas e endossadas por meio de assinatura digital, pelos Cedentes ao Fundo. A verificação e a guarda das duplicatas eletrônicas serão realizadas, de forma individualizada, pelo Custodiante, na data da cessão dos Direitos Creditórios por elas representados. A Administradora enviará ao Custodiante, no prazo de até 20 (vinte) dias após cada cessão, arquivo eletrônico com a chave da nota fiscal vinculada a cada duplicata.

No caso de Direitos Creditórios representados por Cheques, os Cedentes enviarão os cheques para o Banco Cobrador, até d+1 da cessão dos Direitos de Crédito; observado, ainda, o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, conforme descrito no Regulamento; na hipótese de inadimplemento dos Direitos de Crédito, os cheques serão retirados do Banco Cobrador pela Consultoria Especializada, que dará início aos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial, nos termos do Regulamento.

No caso de Direitos Creditórios representados por outros ativos, como CCB, confissão de dívida com notas promissórias e outros ativos permitidos no Regulamento, o Custodiante poderá fazer ou contratar prestadores de serviços habilitados para a verificação e a guarda física dos Documentos Comprobatórios.

### 5.2) Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

**Em 31 de julho de 2026**

| | A vencer | Vencidos | Total |
|---|---|---|---|
| **Período em dias** | **Valor presente** | **Valor presente** | **Valor presente** |
| De 0 a 30 dias | 15.992 | 2.345 | 18.337 |
| De 31 a 60 dias | 2.833 | - | 2.833 |
| De 61 a 90 dias | 275 | - | 275 |
| De 91 a 120 dias | 68 | - | 68 |
| De 121 a 365 dias | 731 | - | 731 |
| **Totais** | **19.899** | **2.345** | **22.244** |
| **Provisão para perda por redução no valor de recuperação** | | | **(2.270)** |
| **Direitos creditórios líquidos da provisão** | | | **19.974** |

**Em 31 de julho de 2025**

| **Período em dias** | **Valor presente** | **Valor presente** | **Valor presente** |
|---|---|---|---|
| De 0 a 30 dias | 12.577 | 1.704 | 14.281 |
| De 31 a 60 dias | 1.933 | 246 | 2.179 |
| De 61 a 90 dias | 270 | 160 | 430 |
| De 91 a 120 dias | 933 | 108 | 1.041 |
| De 121 a 365 dias | 167 | 484 | 651 |
| **Totais** | **15.880** | **2.702** | **18.582** |
| **Provisão para perda por redução no valor de recuperação** | | | **(978)** |
| **Direitos creditórios líquidos da provisão** | | | **17.604** |

### 5.3) Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios

**Em 31 de julho de 2026**

| | A vencer | Vencidos | Total |
|---|---|---|---|
| **Período em dias** | **Valor presente** | **Valor presente** | **Valor presente** |
| De 0 a 30 dias | 376 | 1.453 | 1.829 |
| De 31 a 60 dias | 423 | - | 423 |
| De 61 a 90 dias | 121 | - | 121 |
| De 91 a 120 dias | 99 | - | 99 |
| De 121 a 365 dias | 322 | - | 322 |
| Maior de 365 dias | 65 | - | 65 |
| **Totais** | **1.406** | **1.453** | **2.859** |
| **Provisão para perda por redução no valor de recuperação** | | | **(1.513)** |
| **Direitos creditórios líquidos da provisão** | | | **1.346** |

**Direitos Creditórios Outros Títulos - Vencidos**

| Emitente | Quantidade | Data Emissão | Vencimento | Valor mercado |
|---|---|---|---|---|
| Emitente 1 | 1 | 24/06/2022 | Vencido | 61 |
| **Total** | | | | **61** |

**Em 31 de julho de 2025**

| | A vencer | Vencidos | Total |
|---|---|---|---|
| **Período em dias** | **Valor presente** | **Valor presente** | **Valor presente** |
| De 0 a 30 dias | 658 | 27 | 685 |
| De 31 a 60 dias | 636 | 27 | 663 |
| De 61 a 90 dias | 287 | 27 | 314 |
| De 91 a 120 dias | 101 | 28 | 129 |
| De 121 a 365 dias | 86 | 25 | 111 |
| Maior de 365 dias | 17 | - | 17 |
| **Totais** | **1.785** | **134** | **1.919** |
| **Provisão para perda por redução no valor de recuperação** | | | **(322)** |
| **Direitos creditórios líquidos da provisão** | | | **1.597** |

**Precatórios**

| Emitente | Quantidade | Data Emissão | Vencimento | Valor mercado |
|---|---|---|---|---|
| Emitente 1 | 1 | 15/06/2020 | Vencido | 28 |
| Emitente 2 | 1 | 15/06/2020 | Vencido | 160 |
| Emitente 3 | 1 | 15/06/2020 | Vencido | 46 |
| Emitente 4 | 1 | 15/06/2020 | Vencido | 65 |
| **Total** | | | | **299** |

**Direitos Creditórios Outros Títulos - Vencidos**

| Emitente | Quantidade | Data Emissão | Vencimento | Valor mercado |
|---|---|---|---|---|
| Emitente 1 | 1 | 24/06/2022 | Vencido | 61 |
| **Total** | | | | **61** |

### 5.4) Movimentação dos direitos creditórios

**Direitos Creditórios**

| Descrição | 31/07/2026 | 31/07/2025 |
|---|---|---|
| **(=) Saldo Inicial** | **20.501** | **14.721** |
| (+) Aquisições | 151.658 | 130.920 |
| (-) Liquidações | (157.365) | (134.084) |
| (+) Rendimentos | 10.309 | 8.944 |
| **(=) Saldo Final** | **25.103** | **20.501** |

**Direitos Creditórios Outros Títulos - Vencidos**

| Descrição | 31/07/2026 | 31/07/2025 |
|---|---|---|
| **(=) Saldo Inicial** | **61** | **61** |
| **(=) Saldo Final** | **61** | **61** |

**Precatórios**

| Descrição | 31/07/2026 | 31/07/2025 |
|---|---|---|
| **(=) Saldo Inicial** | **299** | **299** |
| (-) Liquidações | (261) | - |
| (+) Rendimentos | (38) | - |
| **(=) Saldo Final** | **-** | **299** |

O saldo existente em 31 de julho de 2026 classificado no resultado como “Resultado de Direitos Creditórios - Outros”, cujo montante é de R$704 (R$895 em 2025) refere-se basicamente a receita de juros e reembolso que não pertencem ao acruall dos títulos,

os quais são conciliados diariamente e alocados na rubrica contábil apropriada à medida que são identificados.

### 5.5) Composição da perda estimada por redução no valor de recuperação

A provisão para perdas por redução no valor de recuperação foi calculada de acordo com a instrução vigente, sendo mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado, conforme demonstrado a seguir:

**Em 31 de julho de 2026**

| Nível de risco | A vencer | Vencidos | Total | % Provisão | Valor Provisão |
|---|---|---|---|---|---|
| A (especial) | 460 | - | 460 | 100,00% | (459) |
| A | 18.090 | 914 | 19.004 | 0,00% | (174) |
| B | 723 | 562 | 1.285 | 1,27% | (16) |
| C | 1.000 | 377 | 1.377 | 13,62% | (187) |
| D | - | - | - | 0,00% | - |
| E | 102 | - | 102 | 70,51% | (72) |
| F | 930 | 1.945 | 2.875 | 100,00% | (2.875) |
| Direitos Creditórios Outros Títulos | - | 61 | 61 | 100,00% | (61) |
| **Saldo no exercício atual** | **21.305** | **3.859** | **25.164** | | **(3.844)** |
| Provisão/Reversão por redução no valor de recuperação | | | | | 2.483 |
| **Saldo no exercício anterior** | | | | | **(1.361)** |

**Em 31 de julho de 2025**

| Nível de risco | A vencer | Vencidos | Total | % Provisão | Valor Provisão |
|---|---|---|---|---|---|
| A (especial) | 4 | 1 | 5 | 100,00% | (5) |
| A | 16.060 | 690 | 16.750 | 0,00% | - |
| B | 1.007 | 685 | 1.692 | 1,05% | (18) |
| C | 128 | 413 | 541 | 14,13% | (76) |
| D | 131 | 154 | 285 | 33,16% | (95) |
| E | 142 | 321 | 463 | 73,52% | (341) |
| F | 193 | 572 | 765 | 100,00% | (765) |
| Precatórios a receber | - | 299 | 299 | 0,00% | - |
| Direitos Creditórios Outros Títulos | - | 61 | 61 | 100,00% | (61) |
| **Saldo no exercício atual** | **17.665** | **3.196** | **20.861** | | **(1.361)** |
| Provisão/Reversão por redução no valor de recuperação | | | | | 136 |
| **Saldo no exercício anterior** | | | | | **(1.225)** |

### 5.6) Concentração dos maiores devedores dos direitos creditórios

**Em 31 de julho de 2026**

| Devedor | Valor Presente | (-) Provisão para perdas por redução | Saldo líquido da provisão | % s/ PL |
|---|---|---|---|---|
| Devedor 1 | 1.070 | - | 1.070 | 4,60% |
| Devedor 2 | 534 | - | 534 | 2,30% |
| Devedor 3 | 405 | - | 405 | 1,74% |
| Devedor 4 | 444 | (61) | 383 | 1,65% |
| Devedor 5 | 369 | - | 369 | 1,59% |
| Devedor 6 | 364 | - | 364 | 1,57% |
| Devedor 7 | 362 | - | 362 | 1,56% |
| Devedor 8 | 336 | - | 336 | 1,44% |
| Devedor 9 | 326 | - | 326 | 1,40% |
| Devedor 10 | 285 | - | 285 | 1,23% |
| Demais devedores | 20.669 | (3.783) | 16.886 | 72,60% |
| **Total** | **25.164** | **(3.844)** | **21.320** | **91,68%** |

**Em 31 de julho de 2025**

| Devedor | Valor Presente | (-) Provisão para perdas por redução | Saldo líquido da provisão | % s/ PL |
|---|---|---|---|---|
| Devedor 1 | 1.061 | - | 1.061 | 4,58% |
| Devedor 2 | 1.028 | - | 1.028 | 4,43% |
| Devedor 3 | 774 | - | 774 | 3,34% |
| Devedor 4 | 490 | - | 490 | 2,11% |
| Devedor 5 | 357 | - | 357 | 1,54% |
| Devedor 6 | 321 | - | 321 | 1,38% |
| Devedor 7 | 313 | - | 313 | 1,35% |
| Devedor 8 | 311 | - | 311 | 1,34% |
| Devedor 9 | 275 | - | 275 | 1,19% |
| Devedor 10 | 254 | - | 254 | 1,10% |
| Demais devedores | 15.677 | (1.361) | 14.316 | 61,73% |
| **Total** | **20.861** | **(1.361)** | **19.500** | **84,09%** |

### 5.7) Recompra de direitos creditórios

No exercício findo em 31 de julho de 2026, houve recompra de direitos creditórios pelo Cedente no valor de R$15.303 (R$6.074 em 2025).

### 5.8) Taxas praticadas nas operações

As taxas praticadas nas operações variam de acordo com o prazo de vencimento dos direitos creditórios, podendo variar indeterminadamente.

| 2026 | Taxa mínima a.a. | Taxa média a.a. (ponderada) | Taxa máxima a.a. |
|---|---|---|---|
| **Títulos Descontados** | 55,47% | 66,12% | 82,39% |

| 2025 | Taxa mínima a.a. | Taxa média a.a. (ponderada) | Taxa máxima a.a. |
|---|---|---|---|
| **Títulos Descontados** | 56,51% | 61,72% | 66,68% |

### 5.9) Coobrigação

É permitido à Classe manter até 50% (cinquenta por cento) de sua carteira aplicada em Ativos Financeiros. Se os devedores ou coobrigados dos Ativos Financeiros não honrarem com seus compromissos, a Classe e o Fundo poderão sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

### 5.10) Critérios de elegibilidade e condições de cessão

A política de concessão dos créditos ficará a cargo da Gestora e das Consultorias Especializadas, as quais são as únicas responsáveis por apoiar a Gestora na análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo e tecnicamente capacitadas para realizar a avaliação da capacidade econômica das Cedentes, bem como dos respectivos devedores dos Direitos de Crédito.

Os investimentos do Fundo subordinar-se-ão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento. Todo e qualquer Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, às seguintes condições de cessão e Critérios de Elegibilidade:

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que tenham sido submetidos previamente à análise pela Gestora e por uma das Consultorias Especializadas, que serão responsáveis por:

a) Seleção de Cedentes por setor, atividade, porte e localização geográfica;
b) Verificação de eventuais restrições cadastrais;
c) Visita à futura empresa cedente;
d) Cadastramento da empresa cedente e dos sócios;
e) Levantamento da carteira de clientes da empresa (sacados);
f) Aprovação em comitê de limite operacional;
g) Assinatura manuscrita ou digital dos representantes legais da empresa e dos responsáveis solidários;
h) Formalização do Contrato que Regula as Cessões;
i) Recebimento de borderôs;
j) Verificação de eventuais restrições cadastrais dos sacados; e
k) Confirmação de títulos junto aos sacados.

A cada cessão de direitos de crédito será precedida de análise verificando a concentração de títulos de um mesmo sacado (mesmo CPF ou CNPJ) na carteira do Fundo, respeitando-se os limites de concentração estipulados no Regulamento.

O Fundo deverá observar, em cada aquisição de Direitos Creditórios, uma taxa mínima de cessão cujo objetivo é possibilitar ao Fundo o pagamento de todas as suas despesas e da remuneração esperada para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas se houver remuneração alvo para essa Classe.

O Fundo poderá adquirir carteiras de Direitos Creditórios não padronizados, originadas por Cedentes distintos, pessoas físicas ou jurídicas, decorrentes de precatórios de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações, ou créditos resultantes de ações judiciais em curso, objeto de litígio, ou ter sido judicialmente penhorados ou dados em garantia, que atendam aos Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento, por meio de Contrato de Cessão ou por meio da B3, conforme o caso, e que sejam representados por (i) ações judiciais, desde a fase inicial até o transitado em julgado, incluindo a fase de execução, que tenham sido objeto de acordo com as partes ou fundadas em valor incontroverso; e/ou (ii) por Precatórios já expedidos.

Em razão de a política de investimentos do Fundo consistir na aquisição, de tempos em tempos, de Direitos Creditórios decorrentes de ações judiciais e precatórios distintos, e que cada Direito Creditório poderá ter processos de origem e políticas de concessão de

créditos distintas, o Regulamento não contém uma descrição dos processos de originação e das políticas de concessão de crédito.

Os Direitos Creditórios somente poderão ser adquiridos pela Classe, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, caso atendam, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

a) As Cedentes devem ser empresas com sede ou filial no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior) ou produtores rurais que atuem no país, nos setores industrial, comercial, financeiro, agrícola, hipotecário, imobiliário, em operações de arrendamento mercantil ou na prestação de serviços.
b) Os devedores dos Direitos de Crédito devem ser pessoas físicas ou jurídicas inscritas, respectivamente, no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
c) Os Direitos de Crédito devem ser de devedores/sacados que, na data da cessão, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 30 dias corridos junto ao Fundo.
d) O Fundo poderá adquirir direitos creditórios que estejam vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão.

Observados os termos e as condições do Regulamento, a verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pela Gestora será considerada definitiva.

O desenquadramento de qualquer Direito Creditório a quaisquer Critérios de Elegibilidade, por qualquer motivo, após a sua cessão à Classe, não obrigará a sua alienação pela Classe, nem dará à Classe qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso em face das Cedentes, da Administradora, da Gestora, de seus respectivos controladores, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

## 6) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

É facultado à Gestora realizar operações com derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteção patrimonial ou desde que não resulte em exposição a Risco de Capital, troca de indexador a que os ativos estão indexados e o Índice de Referência de cada Subclasse.

Nos exercícios findos em 31 de julho de 2026 e 2025, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos derivativos.

## 7) OUTROS CRÉDITOS

O saldo existente em 31 de julho de 2026 classificado no ativo “Outros valores a receber”, cujo montante é de R$128 (R$225 em 2025) refere-se substancialmente a direitos creditórios não liquidados conforme fluxo esperado e reclassificados do grupo de recebíveis para outros créditos, os quais são conciliados diariamente e alocados na rubrica contábil apropriada à medida que são identificados.

## 8) OUTROS VALORES A PAGAR

O saldo existente em 31 de julho de 2026 classificado no passivo “Outros valores a pagar”, cujo montante é de R$ 724 (R$610 em 2025) refere-se basicamente a direitos creditórios liquidados e identificados em eventos subsequentes, os quais são conciliados diariamente e alocados na rubrica contábil apropriada à medida que são identificados.

## 9) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE, SELEÇÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Fundo contratou a Activa Tecnologia de Ativos e Fomento Mercantil Ltda e a Fusion Apoio Empresarial Ltda Me, como empresas responsáveis perante o fundo para auxiliar a gestora na análise e seleção dos diretos creditórios a serem adquiridos pelo fundo e realizar a cobrança de todos os direitos creditórios integrantes da carteira do fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento de acordo com a política de cobrança do fundo e as demais condições estabelecidas nos contratos de consultoria.

As despesas com consultoria especializada e cobrança no exercício findo em 31 de julho de 2026 foram de R$865 (R$710 em 2025).

## 10) GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Risco de mercado

Os ativos componentes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo. As variações de preços dos ativos podem ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto

econômico ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira do Fundo podem sofrer oscilações significativas de preços, com reflexos na rentabilidade do Fundo.

**Risco de crédito**

Consiste no risco da contraparte, em algum instrumento financeiro, não honrar os pagamentos devidos ao Fundo. Os Fundos que investem em direitos creditórios estão sujeitos a risco de perda em caso de eventos que acarretem a não realização dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do Fundo.

**Risco de liquidez**

Consiste no risco de o Fundo não honrar suas obrigações ou os pagamentos de resgates nos prazos previstos no seu regulamento. Esse risco é associado ao grau de liquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo e aos prazos previstos para conversão em quantidade de cotas, amortizações e pagamento dos resgates solicitados.

Os Fundos de investimento em direitos creditórios apresentam peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos Fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário líquido para negociação destes direitos creditórios. Caso o Fundo precise vender seus direitos creditórios a terceiros, ou caso os cotistas recebam estes direitos creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas, (i) pode não haver mercado comprador para os mesmos, ou preço de alienação pode causar perda de patrimônio para o Fundo, ou (ii) os cotistas podem ter dificuldade para cobrar os valores devidos pelos devedores dos direitos creditórios em caso de inadimplemento, isto é, não há qualquer garantia ou certeza de que é possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os direitos creditórios de sua carteira pelo preço e nos momentos desejados.

**Patrimônio líquido negativo**

As aplicações decorrentes da classe estão, por sua natureza, sujeitas a flutuações típicas de mercado, risco sistêmico, risco de crédito, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, não havendo garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a classe e os cotistas. As estratégias de

investimento da classe podem fazer com que o patrimônio líquido seja negativo, hipótese em que, sendo a responsabilidade dos cotistas ilimitada, os cotistas são obrigados a realizar aportes adicionais de recursos.

**Possíveis falhas na originação e formalização de direitos creditórios adquiridos**

As operações que originam os direitos creditórios adquiridos, bem como os respectivos documentos comprobatórios, podem apresentar vícios questionáveis juridicamente ou, ainda, irregularidades de forma ou conteúdo. Desse modo, os documentos comprobatórios podem não ser suficientes ou não serem aceitos pelo poder judiciário como títulos executivos extrajudiciais e assim, pode ser necessária uma decisão judicial para efetivação do pagamento relativo aos direitos creditórios adquiridos pelos devedores, havendo a possibilidade de ser proferida uma decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, a classe pode sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento dos recursos.

**Dação em pagamento de ativos**

Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação da classe, as cotas podem ser resgatadas por meio de dação em pagamento dos direitos creditórios adquiridos e dos ativos financeiros integrantes da carteira da classe, nos termos autorizados pelo regulamento. Os cotistas podem enfrentar dificuldades para negociar ou vender os direitos creditórios adquiridos e os ativos financeiros da classe ou para cobrar os valores devidos pelos respectivos devedores.

**Operações com derivativos**

A classe pode realizar operações com derivativos desde que visando proteção patrimonial. As operações com derivativos, normalmente, acrescentam riscos à carteira da classe e podem afetar a sua rentabilidade de forma negativa.

**Outros riscos**

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, preponderantemente, pelos direitos creditórios elegíveis, a propriedade das cotas não confere aos cotistas a propriedade direta sobre os direitos creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas detidas.

O Fundo está sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos

financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais etc.

Excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, em nenhuma outra hipótese a Administradora, a Gestora ou o Custodiante são responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

**Controles relacionados aos riscos**

Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus cotistas.

O controle do risco de mercado é baseado em cenários na perda máxima aceitável, de modo a evitar que se incorra em risco excessivo, mediante a análises qualitativas e quantitativas, que consideram fatores como cenários de estresse, avaliação da equipe de gestão, processo de investimento, consistência na performance e gerenciamento de risco, bem como por meio de constante monitoramento. Esses parâmetros podem ser alterados de acordo com mudanças estruturais no mercado ou a qualquer momento.

A avaliação do risco de crédito é efetuada pela Administradora através o monitoramento prospectivo e retrospectivo dos eventos de pagamento de juros, amortização e vencimento das operações, quando aplicável. Em caso de ocorrência de algum default no pagamento desses eventos, a capacidade financeira do emissor ou da contraparte é avaliada pelo comitê de crédito da Administradora, onde são tomadas decisões para a constituição de provisão para perdas.

O controle do risco de liquidez é baseado no monitoramento do nível de solvência, verificando um percentual mínimo de ativos, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, com liquidez compatível com o prazo previsto para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

A descrição detalhada dos riscos encontra-se no regulamento do Fundo.

## 11) EVOLUÇÃO DO VALOR DA COTA E RENTABILIDADE

| Data | PL Médio | Valor da cota Subordinada | Rentabilidade % (*) |
|---|---|---|---|
| 31/07/2026 | 22.180 | 283.235,625065 | 40,61 |
| 31/07/2025 | 20.078 | 287.349,797706 | 55,95 |

| Data | PL Médio | Valor da cota Sênior II | Rentabilidade % (*) |
|---|---|---|---|
| 31/07/2026 | 394 | 1.004,341449 | 26,84 |
| 31/07/2025 | 157 | 1.004,556560 | 10,20 |

(*) valor da cota desconsiderando o efeito das amortizações

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

## 12) CARACTERÍTICAS, EMISSÕES, AMORTIZAÇÕES E RESGATE DE COTAS

A Classe se divide nas seguintes Subclasses: (i) Cotas Seniores e (iii) Cotas Subordinadas.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira da Classe, nos termos do Regulamento e conforme particularidades descritas nos Suplementos.

As Cotas Subordinadas, emitidas em Subclasse e série únicas, são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento e conforme particularidades descritas nos Suplementos.

Fica a critério do Gestor a emissão de novas séries de Cotas Seniores, desde que, em consequência dessa nova emissão, não sejam afetados: (a) o Índice de Subordinação; e (b) a classificação de risco das Cotas Seniores em circulação, se houver, conforme manifestação por escrito da Agência Classificadora de Risco.

Fica a critério do Gestor a emissão de novas Subclasses ou séries de Cotas Subordinadas, desde que, em consequência dessa nova emissão, não sejam afetados:

(a) o Índice de Subordinação; e (b) a classificação de risco das Cotas Seniores em circulação, se houver, conforme manifestação por escrito da Agência Classificadora de Risco.

O valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, e corresponderá ao menor dos seguintes valores: (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação; ou (b) o valor unitário da Cota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Remuneração das Cotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, deduzido de quaisquer valores pagos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores a título de amortização ou resgate.

O valor unitário das Cotas Subordinadas Júnior será calculado todo Dia Útil para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate e será equivalente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo após a dedução do valor das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, pelo número de Cotas Subordinadas Júnior em circulação. O valor unitário das Cotas Subordinadas Júnior será calculado no fechamento de cada Dia Útil pela Administradora.

Somente os Investidores Profissionais poderão adquirir as Cotas Seniores e/ou as Cotas Subordinadas Junior.

As Cotas Seniores possuem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

A) Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Subordinadas, conforme estabelecido no Regulamento;
B) Valor Unitário de emissão de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
C) Valor unitário calculado em cada dia útil, para efeito de definição do seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme os critérios definidos No Regulamento;
D) Direito de voto em todas as matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, com cada Cota Sênior correspondendo a 1 (um) voto.

O valor total das Cotas Seniores corresponde ao somatório do valor das Cotas Seniores de cada série, ou ao produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores, prevalecendo o menor entre os dois.

Após o encerramento da primeira distribuição de Cotas Seniores, a Administradora poderá realizar nova distribuição de Cotas Seniores, em número indeterminado, mediante aprovação da maioria absoluta das Cotas Subordinadas.

Para fins de integralização de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, deverá ser utilizado o valor da Cota em vigor no fechamento do mesmo Dia Útil da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na Conta do

Fundo/Conta da Classe. Para fins de amortização e resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, deverá ser utilizado o valor da Cota em vigor no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior ao dia do pagamento da amortização e/ou resgate.

As Cotas Seniores serão amortizadas e resgatadas, em moeda corrente nacional, observados os prazos e os valores definidos nos respectivos Suplementos de cada série ou Subclasse, respeitada, ainda, a ordem de alocação dos recursos do Fundo estabelecida na Cláusula abaixo.

Sem prejuízo do disposto na Cláusula acima, as Cotas Seniores poderão ser amortizadas compulsoriamente para enquadramento do respectivo Índice de Subordinação, caso não reenquadrado na forma do Capítulo 5 deste Anexo da Classe Única.

As Cotas Subordinadas apresentam as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:
A) Subordinam-se às Cotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
B) Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
C) Valor unitário de emissão de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de Cotas Subordinadas. As Cotas Subordinadas emitidas posteriormente terão seu valor unitário de emissão calculado com base na alínea (D) abaixo;
D) Valor unitário calculado em cada dia útil, para efeito de definição do seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento;
E) Direito de voto em todas as matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Subordinada corresponderá 1 (um) voto.

As Cotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, ressalvada a hipótese prevista na Cláusula abaixo.

Se o Patrimônio Líquido assim permitir, as Cotas Subordinadas Junior poderão ser amortizadas, desde que, considerada *pro forma* a amortização das Cotas Subordinadas Júnior, o Índice de Subordinação Junior, a Reserva de Pagamento de Amortização ou Resgate e o Índice de Liquidez não fiquem desenquadrados.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Junior, em nenhuma hipótese, inclusive aquelas indicadas na Cláusula acima, caso: (a) tenha sido

identificado qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada, em relação ao qual a Assembleia Geral de Cotistas ainda não tenha se manifestado de forma definitiva; e/ou (b) esteja em curso a liquidação do Fundo e/ou da Classe.

Os encargos e despesas da Classe serão integralmente arcados pelas Cotas da Classe Única.

Fica a critério da Gestora a emissão de Cotas Subordinadas Junior, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, sendo assegurado direito de preferência para os respectivos Cotistas.

Na hipótese de as Cotas Seniores do Fundo atingirem os seus respectivos Índices de Referência, toda a rentabilidade a eles excedentes será atribuída somente às Cotas Subordinadas, razão pela qual tais Cotas poderão apresentar valores diferentes das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

O previsto nesta Cláusula não constitui promessa de rendimentos e corresponde meramente a uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas, de modo que as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem, nos termos dispostos no Regulamento.

No momento da subscrição das Cotas, o Cotista atestará, por meio de assinatura de termo de adesão, que: (i) possui pleno conhecimento dos riscos envolvidos no investimento no Fundo e na Classe, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, da necessidade de aporte na ocorrência de Patrimônio Líquido Negativo e, se for o caso, da ausência de classificação de risco das Cotas subscritas; e (ii) ciência de assunção de responsabilidade ilimitada; e (iii) teve acesso ao inteiro teor do Regulamento, dos Anexos e dos respectivos Suplementos, se houver.

A transferência de titularidade das Cotas fica condicionada à verificação, pela Administradora, do atendimento das formalidades estabelecidas no Regulamento, na RCVM 175 e nas demais disposições legais e regulatórias aplicáveis.

Na hipótese de transferência por meio de negociação em mercado organizado, cabe ao intermediário verificar o atendimento das formalidades estabelecidas no Regulamento, na RCVM 175 e nas demais disposições legais e regulatórias aplicáveis.

A distribuição de Cotas deve observar a regulamentação específica sobre ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

Não é admitida nova distribuição de Cotas antes de encerrada a distribuição anterior de Cotas da mesma Subclasse.

As importâncias recebidas na integralização de Cotas durante o processo de distribuição devem ser depositadas em instituição integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) ou aplicadas em valores mobiliários ou outros Ativos Financeiros compatíveis com as características da Classe.

Caso a Classe já esteja em funcionamento, os valores relativos à nova distribuição de Cotas devem ser escriturados separadamente das demais aplicações até o encerramento da distribuição, devendo ser aplicados em Ativos Financeiros.

Assim que subscrito o valor mínimo previsto para a distribuição das Cotas, os recursos poderão ser investidos na forma prevista no Regulamento.

As Cotas ofertadas publicamente poderão ser depositadas (i) para distribuição no mercado primário, por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do FUNDOS21 – Modulo de Fundos (“FUNDOS21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente e as cotas custodiadas eletronicamente por meio da B3, a critério da Gestora em conjunto com a Administradora.

**a) Emissão**

No exercício findo em 31 de julho de 2026, houve emissão de 392,686901 cotas Sênior II no montante de R$ 400.

No exercício findo em 31 de julho de 2025, houve emissão de 347,117678 cotas subordinadas no montante de R$ 349.

**b) Resgate e Amortização de cotas**

No exercício findo em 31 de julho de 2026, houve resgate de 1,499742 cotas Sênior II no montante de R$ 2.

No exercício findo em 31 de julho de 2025, não houve resgate de cotas.

No exercício findo em 31 de julho de 2026 houve amortização de cotas Subordinada no montante de R$ 7.896 e cotas Sênior II no montante de R$ 94.

No exercício findo em 31 de julho de 2025 houve amortização de cotas Subordinada no montante de R$3.555, cotas Sênior II no montante de R$16.

## 13) PRESTADORES DE SERVIÇOS

| | |
|---|---|
| Custódia: | QI Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.; |
| Controladoria: | QI Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.; |
| Escrituração: | QI Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.; |
| Gestão: | Tercon Investimentos Ltda.; |
| Tesouraria: | QI Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.; |
| Distribuição de cotas: | QI Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.; e |
| Consultoria especializada: | Activa Tecnologia de Ativos e Fomento Mercantil Ltda. |

## 14) CUSTÓDIA DOS TÍTULOS EM CARTEIRA

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, os Títulos Privados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e a guarda da documentação dos títulos dos direitos creditórios, em conformidade com a legislação em vigor, está sob a responsabilidade do Custodiante.

As cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo estão sob a responsabilidade do Administrador dos fundos investidos, ou de terceiros por ele contratados.

## 15) PARTES RELACIONADAS

O Fundo não poderá realizar aplicações em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de titularidade da administradora, do custodiante e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Saldos das transações com o Custodiante:

| | | 31/07/2026 | | 31/07/2025 | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Parte Relacionada** | **Ativo** | **Resultado** | **Ativo** | **Resultado** |
| Disponibilidades | **QI SCD** | 8 | - | 9 | - |
| Aplicações interfinanceira de liquidez | **QI CTVM** | - | 1 | - | - |

| | | 31/07/2026 | | 31/07/2025 | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Parte Relacionada** | **Passivo** | **Resultado** | **Passivo** | **Resultado** |
| Taxa de Administração | **QI CTVM** | (5) | (57) | (5) | (50) |
| Taxa de Custódia | **QI CTVM** | (19) | (219) | (18) | (210) |
| Taxa de Gestão | **Tercon Investimentos Ltda** | (5) | (47) | (13) | (54) |

## 16) REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E CUSTÓDIA

O Fundo pagará à Administradora e à Gestora, pela prestação dos serviços descritos no Regulamento, respectivamente, a Taxa de Administração e a Taxa de Gestão, as quais serão calculadas na forma descrita no Anexo da Classe Única ou nos respectivos Suplementos, conforme o caso.

A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão não incluem as despesas previstas na Cláusula 13 do Regulamento, a serem debitadas do Fundo pela Administradora ou pela Gestora, conforme o caso.

Os valores devidos aos demais prestadores de serviço do Fundo e/ou da Classe, a título de remuneração, correrão: (i) por conta do Fundo, caso estejam previstos no rol de encargos constante da Cláusula 13 do Regulamento; ou (ii) por conta do Prestador de Serviço Essencial que for responsável pela contratação, caso não estejam previstos no rol de encargos constante da Cláusula 13.1 do Regulamento.

A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão incluem os valores correspondentes às taxas, remuneração dos prestadores de serviços e demais encargos incidentes sobre os fundos investidos, salvo aqueles que (i) tenham suas cotas admitidas à negociação em mercado organizado e (ii) sejam geridos por partes não relacionadas à Gestora, os quais também podem cobrar taxa de ingresso, saída e/ou performance, conforme seus respectivos regulamentos.

A Administradora e a Gestora podem estabelecer que parcelas da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão sejam pagas diretamente pelo Fundo aos respectivos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas

não exceda o montante total da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão, conforme o caso.

Na hipótese de existir acordo de remuneração com base na taxa de administração, performance ou gestão, que deve ser paga diretamente pela classe investida a classes investidoras, nos termos da alínea "q" da Cláusula 13.1 do Regulamento, o valor das correspondentes parcelas das taxas de administração ou gestão deve ser subtraído e limitado aos valores destinados pela classe investida ao provisionamento ou pagamento das despesas com as referidas taxas.

É vedado que o acordo de remuneração direta ou indiretamente resulte em desconto, abatimento ou redução de taxa de administração, performance, gestão ou qualquer outra taxa devida pela classe investidora à investida.

A Taxa Máxima de Distribuição deverá ser expressa, obrigatoriamente, em percentual anual do Patrimônio Líquido da Classe (base 252 dias).

No exercício findo em a 31 de julho de 2026 foi debitado o montante de R$57 (R$50 em 2025) a título de taxa de administração, R$47 (R$54 em 2025) a título de taxa de gestão e R$219 (R$210 em 2025) a título de taxa de custódia.

## 17) POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO

Os resultados auferidos são imediatamente reinvestidos no Fundo mediante a valorização das cotas.

## 18) DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, nos formatos permitidos pela RCVM 175, devendo permanecer à disposição dos cotistas para consulta, na sede e agências da administradora e nas instituições autorizadas a distribuir cotas do fundo, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de cotas de FIDCs e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o

valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das cotas seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas na RCVM 175.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 15 (quinze) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do Fundo estão sujeitas às normas de escrituração estabelecidas na legislação vigente e são auditadas por auditor independente registrado na CVM, nos termos estabelecidos na referida instrução.

Á Administradora cabe divulgar, em seu site ou no site da CVM, conforme o caso, no mínimo, anualmente: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo; (ii) o valor da cota; (iii) a relação entre o patrimônio líquido e o valor das cotas seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas no regulamento do Fundo e na legislação vigente.

A divulgação aos cotistas das informações previstas no regulamento do Fundo deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, nos periódicos utilizados para a divulgação de informações do Fundo, conforme o caso, ou por meio de (ii) correio eletrônico ou carta enviados ao cotista. qualquer mudança, com relação ao periódicos, conforme o caso, deve ser precedida de aviso aos cotistas.

## 19) LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

### IOF

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao IOF.

### Imposto de renda

De acordo com o artigo 16 da Instrução Normativa (IN) nº 1.585/15 da Secretaria da Receita Federal (SRF) alterada pela IN 1.637/16, IN 1.720/17 e IN 1.916/19, o imposto de renda incidente sobre os rendimentos dos fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado, quando aplicável, é apurado quando da amortização ou no resgate de cotas, em decorrência do término de duração ou da liquidação do Fundo.

Os rendimentos auferidos pelos cotistas são tributados pelo Imposto de Renda na Fonte com base em alíquotas decrescentes, entre 22,50% e 15%, em função: (i) do prazo de aplicação dos recursos pelos cotistas; (ii) da composição da carteira; e (iii) do prazo de vencimento dos títulos constantes na carteira do Fundo.

Na apuração do imposto de renda, as perdas apuradas no resgate de cotas de fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores, no mesmo Fundo ou em outro fundo de investimento com a mesma classificação tributária e administrado pela mesma pessoa jurídica em que o cotista possua investimentos.

Em 12 de dezembro de 2023 foi aprovado a Lei Nº 14.754/23, que dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.892, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Os rendimentos das aplicações em fundos de investimento ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF no último dia útil dos meses de maio e novembro (“Tributação Periódica”) ou na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

O CMN publicou, em 21 de dezembro de 2023, a Resolução CMN n° 5.111/2023, que traz as definições de Entidade de Investimento e de Direitos Creditórios para fins de interpretação e aplicação das disposições estabelecidas na Lei nº 14.754/23. A Administração, com base nas definições trazidas pela nova regulamentação, analisou e classificou o Fundo como “Entidade de Investimento”.

Enquanto fundo de investimento enquadrado como entidade de investimento, o Fundo fica sujeito à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas e não fica sujeito à Tributação Periódica citada acima.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na Fonte.

## 20) RATING

O Fundo se encontra enquadrado aos critérios de dispensa de classificação de risco, conforme estabelecidos na Resolução CVM nº 175/22.

## 21) PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

A Administradora, no período, não contratou nem teve serviços prestados pela Next Auditores Independentes S.S. relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a estes fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, qual seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

## 22) DEMANDAS JUDICIAIS

Conforme relatórios recebidos dos advogados, em 31 de julho de 2026 o Activa FIDC Multissetorial NP RL possui 01 processo de polo passivo, de perda possível no montante de R$ 26 mil.

## 23) ALTERAÇÕES EM ASSEMBLÉIAS

### Ata da assembleia geral extraordinária de cotistas realizada em 27 de janeiro de 2026

(i) A alteração do item 13.1., da Clausula 13 – Das Despesas e Encargos do Fundo, para adicionar despesas de modo que passem a vigorar conforme a redação constante do Anexo. As deliberações acima aprovadas passarão a vigorar a partir da abertura do dia 06 de fevereiro de 2026.

## 24) FATOS RELEVANTES

No dia 06 de novembro de 2025 foi publicado no Diário Oficial da União, seção 3 página 212, no item 294590 a aprovação da incorporação pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ 62.285.390) da QI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ 46.955.383), mediante versão da totalidade de seu patrimônio e consequente extinção, sucedendo-lhe a incorporadora em todos os direitos e obrigações; cancelamento da autorização para funcionamento da sociedade

incorporada; transferência do controle direto para QI Holding Financeira Ltda. (CNPJ 40.852.432); mudança de denominação social para QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (AGEs de 12.9.2025). Decisão: Chefe. Data: 03.11.2025.

Sendo assim, os Fundo antes administrados pela QI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Empresa Incorporada”) passam a ser administrados pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Empresa Incorporadora”), anteriormente denominada "Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.".

## 25) EVENTO SUBSEQUENTE

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

| **Contador** | **Diretor responsável** |
|---|---|
| Ricardo Cavalari da Silva | Daniel Doll Lemos |
| CRC-SP 322.316/O-5 | |

***